



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO

CNPJ.: 82.508.433/0001-17



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2019

Estação de Tratamento de Esgoto de Canoinhas

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi marcado por algumas das transformações mais importantes na trajetória da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

No terreno da pluralidade, é a primeira vez que a empresa tem uma mulher na Presidência, permitindo à engenheira sanitária Roberta Maas dos Anjos, do Quadro de Carreira da empresa, implantar um novo estilo de comando na Companhia.

Na seara de gestão, importantes mudanças ocorreram no período, tendo como a mais relevante a alteração da Estrutura Organizacional. A fusão de diretorias, o corte em 27% das funções gratificadas e a redução de cargos de comissão geraram uma economia de R\$ 2,3 milhões ao ano apenas na rubrica Folha de Pagamento.

No campo administrativo, os registros são igualmente alentadores, em especial a economia gerada a partir da Lei 13.303 - Lei das Estatais, que alterou processos licitatórios. Com a obrigatoriedade do sigilo sobre o preço de referência da obra licitada e o estímulo a negociações com a empresa vencedora ao final do certame, a CASAN alcançou uma economia de R\$ 111,6 milhões no ano.

Sob a ótica operacional, há de se celebrar as inovações tecnológicas, como, por exemplo, as Estações de Tratamento de Água de Angelina (membranas de ultrafiltração dispensam o uso de coagulantes) e de São Bonifácio (acionamento e controle totalmente remoto), a parceria com a empresa WEG para aumentar nossa eficiência energética, treinamento para sindicatos, intercâmbio com imobiliárias facilitando a troca de titularidade via website, mais de mil cursos de capacitação interna e certificações laboratoriais. Também são destacados dentre os muitos investimentos: mil quilômetros de novas redes, 42 unidades revitalizadas, 22 poços artesianos abertos, renovação de 70% da frota de veículos e outros.

O ano de 2019 foi marcado também por uma das mais duradouras estiagens das últimas décadas, estendendo-se de junho a outubro com apenas 25% do volume de chuvas habitual do período, gerando transtornos aos usuários de algumas regiões, trabalho redobrado a áreas operacionais e arranhões na imagem da empresa.

O desgaste, porém, não interferiu negativamente em indicadores econômico-financeiros. A contabilidade positiva dá lastro a todos os demais movimentos e serviços. As demonstrações financeiras de 2019 registram recorde na receita operacional e significativas melhoras nos resultados do exercício, a exemplo do EBITDA, da geração de caixa operacional, do endividamento de curto prazo, da rentabilidade patrimonial, liquidez corrente e na relação da Dívida Líquida/EBITDA, entre outros.

Em contrapartida é prudente salientar que os endividamentos geral e financeiro e a representatividade dos seus impostos sobre a receita elevaram-se, e a margem bruta foi reduzida no ano.

O lucro apurado antes dos impostos sobre o resultado em 2019, na ordem de R\$ 180,5 milhões, é 192% superior ao prejuízo do ano anterior, que fora impactado pelo Programa de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI). Desse modo, verificou-se crescimento significativo no resultado líquido, que passou de R\$ 119,2 milhões de prejuízo para R\$ 119,7 milhões de lucro.

O rol de boas notícias e números consistentes serve de pilar para a Companhia assentar seu planejamento estratégico para os próximos anos, já que o novo Marco do Saneamento Básico propõe um cenário favorável ao setor privado brasileiro e maiores desafios às empresas públicas. A CASAN tem o porto seguro de 46 Contratos de Programas hoje firmados – sendo 11 assinados em 2019 –, que lhe assegura 70% da arrecadação. Apesar disso, a empresa definiu 27 indicadores para seguir crescendo, sendo três deles alinhados aos do Governo do Estado de Santa Catarina: redução dos índices de perdas de água e aumento percentual de cobertura de esgoto e de abastecimento de água, que fazem parte da nossa Missão.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2019

A CASAN

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, uma empresa pública de economia mista, de capital aberto e regulamentada pela Lei das Sociedades Anônimas, ao longo dos seus 48 anos, tem como objetivo principal coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado de Santa Catarina, a Casan constitui-se como instrumento empresarial do Estado de Santa Catarina para concretização das políticas públicas e de objetivos nacionais no setor, operando com intuito de cumprir o principal objetivo social, que é a prestação de serviços de saneamento básico. A prioridade número um é desenvolver seus serviços, traduzidos em sua missão: “Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável”, em todos municípios onde opera.

O quantitativo da força de trabalho manteve-se praticamente estável ao longo do ano, próximo dos 2,5 mil colaboradores atuando nas mais diversas funções para gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário.

A CASAN, encerrou o ano de 2019, prestando os seus serviços diretamente a uma população residente de mais de 2,8 milhões de pessoas (40% da população catarinense), distribuídos nos 195 municípios (66% dos municípios do estado), além de fornecer água no atacado para outros 4 municípios clientes operados com sistemas próprios, que juntos tem uma população superior a 200 mil pessoas.

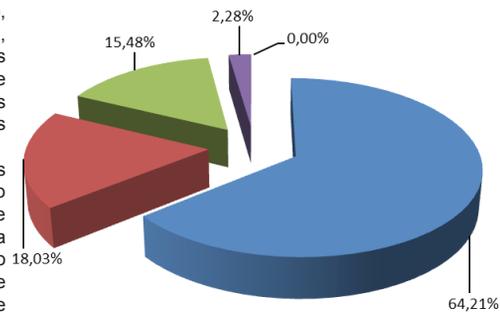
Em 2019 foram disponibilizados mais de 260 milhões de metros cúbicos de água tratada para atender a base atual de clientes de 1,13 milhão de economias com abastecimento de água, sendo que 266,1 mil economias são atendidas também com serviços de esgotamento sanitário.

A evolução da base de clientes apresentou, no período de cinco anos (2015-2019), um crescimento de até 32% e tem refletido no crescimento contínuo do faturamento que já alcança uma Receita Operacional Líquida superior ao montante de R\$ 1,2 bilhão/ano, resultado devido principalmente a política comercial, investimentos na ampliação da cobertura dos seus serviços e aplicação do reajuste tarifário linear de 2,61%, concedido e aprovado pelas 4 Agências Reguladoras de Saneamento que atuam em SC nos municípios operados.

Dados que, em conjunto com o total de Ativos registrados de R\$ 3,5 bilhões e Patrimônio Líquido de mais de R\$ 1,3 bilhão, impulsionam a capacidade de investimentos e demais números da Companhia colocando a CASAN entre as 60 maiores empresas do Sul do país e 12ª maior empresa de Santa Catarina de acordo com o ranking promovido pela revista Amanhã e pela PricewaterhouseCoopers.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

Capital Total

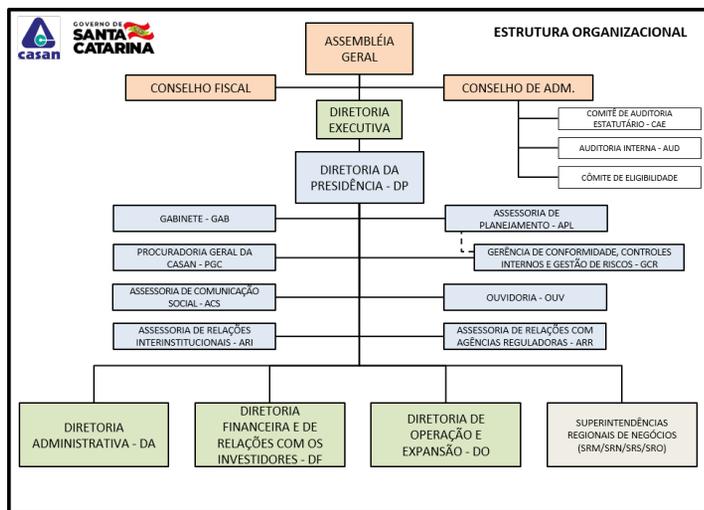


- Governo do estado de Santa Catarina
- SC Parcerias SA
- Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC SA
- Cia de Desenv. Do Estado de Santa Catarina - CODESC
- Demais Acionistas Nacionais

ACIONISTAS	Número de Ações			Capital Social			%
	ON	PN	TOTAL	ON	PN	TOTAL	
Governo do Estado de Santa Catarina	221.413.722	237.722.771	459.136.493	260.789.880	279.999.326	540.789.206	64,21
SC Parcerias SA	64.451.065	64.451.112	128.902.177	75.913.025	75.913.081	151.826.106	18,03
Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC SA	55.358.800	55.357.200	110.716.000	65.203.794	65.201.910	130.405.704	15,48
Cia de Desenv. Do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.315.575	-	16.315.575	19.217.133	-	19.217.133	2,28
Demais Acionistas Nacionais	8.054	16.133	24.187	9.486	19.002	28.488	0,003
TOTAL	357.547.216	357.547.216	715.094.432	421.133.319	421.133.319	842.266.638	100,00

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Companhia é conduzida por uma diretoria colegiada subordinada às estruturas de governança (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Assembleia de Acionistas) conforme demonstrado abaixo no organograma representativo da administração superior da organização:

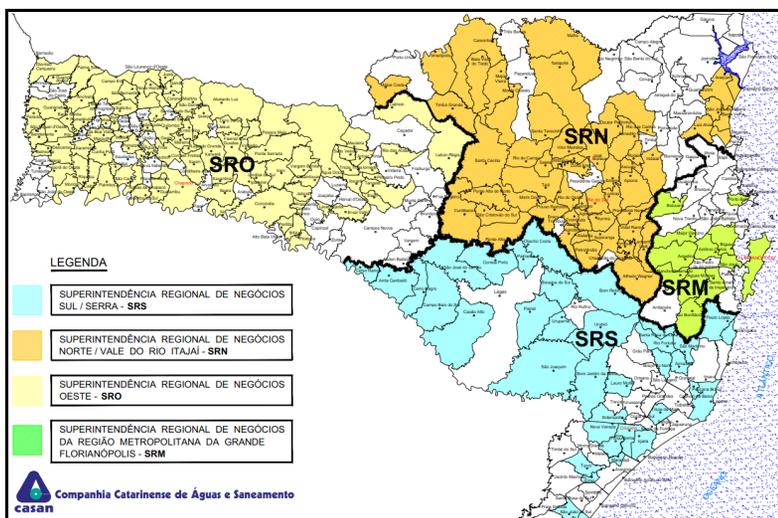


Em 2019, foi implementada uma reestruturação para enxugar processos e estruturas, resultando na união da Diretoria Financeira com a Comercial e da Diretoria de Operação com a de Expansão, além de uma redução significativa de divisões e funções gratificadas.

As diretrizes da reestruturação foram:

- Simplificar a estrutura organizacional da Matriz, objetivando melhorar a coesão das ações estratégicas e a eficiência na gestão da Companhia;
- Reorganizar divisões e gerências, promovendo agilidade na cadeia decisória e dinamismo aos processos;
- Estruturar as Superintendências em simetria com a Matriz, dando mais transparência na hierarquia funcional e aproximando a gestão estratégica das atividades operacionais realizadas nos Municípios atendidos.

A Companhia na área de sua atuação, segue dividida em 4 Superintendências Regionais de Negócios, com a finalidade de conceder suporte às operações, visando uma maior agilidade e integração de suas ações com seus municípios atendidos, conforme quadro abaixo:



Abrangência dos Serviços das Superintendências Regionais – final de 2019

Superintendência	Municípios	Água ^{#2}		Esgoto ^{#2}	
		Ligações	Economias	Ligações	Economias
Metropolitana - SRM	12	196.607	395.928	55.517	174.181
Oeste - SRO	90	209.516	275.392	19.059	38.000
Sul/Serra - SRS	37	162.176	214.014	20.257	46.246
Norte/Vale - SRN	56	205.066	244.142	6.314	10.022
Total CASAN*1	195	773.365	1.129.476	101.147	268.449

*1 Considerando município de Barracão no Paraná *2 Base de faturamento

Em relação a alteração dos municípios atendidos, em 2019 foi iniciado a operação do sistema de abastecimento do município de Santa Terezinha do Progresso, em razão do contrato de Concessão vigente e deixou de ser operado o município de Caçador.

Participação nos Municípios Atendidos em Santa Catarina - 2014-2019

Instituição	2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	TOTAL	%										
Total de Municípios no Estado de SC	295	100	295	100	295	100	295	100	295	100	295	100
Total de Municípios atendidos pela CASAN	197	67	196	66	195	66	195	66	194	66	194	66

GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

A Casan, partindo da premissa da sua missão, cumpridora do seu papel de agente do desenvolvimento sustentável, baseando o seu desempenho econômico a partir da prática da responsabilidade ambiental e social, visando o bem-estar dos seus empregados e da sociedade onde atua, segue aprimorando suas práticas e estruturas de gestão de riscos e compliance.

Além da responsabilidade individual de cada agente público em agir de acordo com os padrões legais e normativos, sob supervisão e orientação de seus superiores, o compliance da Companhia é fortalecido por diversas unidades organizacionais que integram uma camada de defesa contra a ocorrência de fraudes e corrupção: a Comissão de Conduta e Integridade, responsável pela manutenção e divulgação do Código de Conduta e Integridade; a Ouvidoria, responsável pelo recebimento e tratamento de denúncias internas e externas; a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias; e a Gerência de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos, que atua preventivamente nas atividades mais expostas ao risco de integridade.

O Código de Conduta e Integridade, presente desde o ano 2015 na Companhia, apresenta princípios éticos que consolidam os valores organizacionais e se destina a orientar o comportamento de todos os membros da organização e demais grupos de interesse relacionados à empresa, considerando a legislação pertinente e contribuindo para a resolução de eventuais conflitos de interesses. Estão sujeitos ao Código de Conduta e Integridade todos os empregados da CASAN, comissionados, servidores públicos à disposição, estagiários, jovens aprendizes, prestadores de serviços e aqueles que exercem mandato, ainda que transitoriamente, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo. A CASAN promove, anualmente, treinamentos sobre o Código de Conduta e Integridade para todos os empregados e administradores, conforme requerimentos legais.

Em 2018 foi instituída a Gerência de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos, visando incentivar boas práticas de governança corporativa, aumentar a segurança quanto ao alcance dos objetivos estratégicos, incorporar o contexto de riscos à tomada de decisões, aprimorar o ambiente de controles internos e a conformidade a normas, requisitos legais e regulações pertinentes. No mesmo período foi implantada, também, a Política de Gestão de Riscos, que institui diretrizes, competências e uma linguagem comum para o gerenciamento de riscos corporativos, e o Portfólio de Riscos, que é o conjunto dos principais riscos corporativos que a CASAN está exposta. Ambos têm norteado as ações estratégicas em curso na Companhia para a mitigação dos fatores do risco de integridade e para a implantação da gestão de riscos.

OUVIDORIA

Com atuação desde 2008, é um canal eficaz para estimular a transparência e a eficiência na prestação dos serviços, com o objetivo garantir o direito de todo cidadão a manifestação de ocorrências e respostas.

Operacionalizada por meio do Sistema Integrado da Ouvidoria Geral do Estado de Santa Catarina e interagindo também com as ouvidorias das Agências Reguladoras, de acordo com os princípios e diretrizes da Companhia, a Ouvidoria da Casan tem a tarefa de receber, examinar e analisar os registros de ocorrências e dar encaminhamento sobre as denúncias sobre práticas consideradas ilícitas e contrárias aos interesses da empresa, como suspeitas de fraudes, atos de corrupção, falta de ética, desvios de condutas envolvendo empregados, administradores e terceirizados e dar o encaminhamento as reclamações de serviços não atendidos pelos “Canais de Atendimento”.

O percentual de resolubilidade das demandas oficialmente recebidas é próximo de 100%.

No tocante as denúncias relacionadas à integridade, após analisados os elementos mínimos de autoria e materialidade, a Ouvidoria encaminha para as áreas competentes para instrução processual e, conforme o caso concreto, encaminhado à Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias para investigação e procedimentos.

A Ouvidoria da Casan proporciona ao cidadão o direito a exercer cidadania na expectativa de atendimento respeitoso, técnico, ágil e eficiente, e está se reestruturando para atender as adequações legais e estruturais para contribuir para a excelência na prestação dos serviços da Companhia.

O horário de atendimento da Ouvidoria da CASAN é das 08hs às 17hrs em dias úteis no telefone (48) 3221 5208.

As ocorrências, sugestões e elogios são registradas pelo canal de denúncias que atende nos dias úteis pelo número 0800 644 8500 das 13hs às 19hs.

Correspondências podem ser enviadas para Ouvidoria no seguinte endereço: **Rua Emílio Blum, 83, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-010.**

Maiores informações nos sites: www.casan.com.br e www.ouvidoria.sc.gov.br

RELAÇÃO COM O PODER CONCEDENTE E CONTRATOS DE PROGRAMA

No que tange à relação entre a Casan e o Poder Concedente (Municípios), a sua regularização contratual segue sendo gradativamente substituída por instrumento jurídico denominado "Contrato de Programa", instituído através da Lei Federal 11.445/2007, novo marco regulatório, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico, criando um novo ambiente regulatório para o setor.

O instrumento do Contrato de Programa, que vem substituindo os nossos convênios e contratos de concessão junto aos municípios, representa um avanço institucional, pois garante solidez legal para o negócio e segurança para os investimentos, por assegurar a continuidade da prestação dos serviços, de modo planejado, através da operacionalização e execução das metas e ações que constam nos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Nessa direção, a Companhia concretizou em 2019 a assinatura de mais 11 contratos de programa com os municípios de Águas Mornas, Catanduvas, Descanso, Erval Velho, Lontras, Matos Costa, Nova Veneza, Palmitos, São Joaquim, São Lourenço do Oeste e Siderópolis, além de contratos de gestão associada com outros 2 (Bom Jardim da Serra e Capão Alto) garantindo assim, a continuidade da prestação dos seus serviços por mais 30 anos nesses sistemas.

Mesmo encerrando 2019 com 44 Contratos de Programa formalizados com municípios que somados, representam quase 70% da receita total da Companhia, a Companhia segue buscando formalizar esse instrumento junto aos demais Municípios operados.

INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

Alguns dos principais números que dão uma dimensão do tamanho da Companhia, são demonstrados nos quadros abaixo:

Evolução das Ligações e Economias de Água - 2014-2019

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RESIDENCIAL - ligações	679.864	708.166	716.777	727.777	718.663	714.726
economias	945.546	973.580	990.564	1.015.852	1.011.656	1.015.959
COMERCIAL - ligações	52.435	40.124	40.772	41.883	41.394	41.177
economias	92.711	93.958	95.381	96.759	94.270	92.596
INDUSTRIAL - ligações	5.705	5.212	5.186	5.280	5.153	5.143
economias	6.579	6.226	6.178	6.271	6.109	6.085
PÚBLICA - ligações	12.652	12.262	12.595	12.724	12.456	12.319
economias	14.438	14.799	15.264	15.383	15.008	14.836
TOTAL ÁGUA - ligações	750.656	765.764	775.330	787.664	777.666	773.366
economias	1.059.274	1.088.563	1.107.387	1.134.265	1.127.043	1.129.476
Crescimento Anual - Ligações	3,45%	2,01%	1,25%	1,59%	-1,27%	-0,55%
Crescimento Anual - Economias	5,45%	2,77%	1,73%	2,43%	-0,64%	-0,22%
Índice de Hidrometração	99,56%	99,54%	99,57%	99,57%	99,56%	99,59%

Evolução do Volume Disponibilizado de Água - 2014-2019 (1.000m³)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Volume (m³)	229.430	228.276	258.422	267.204	264.816	258.933
Varição Anual	0,05%	-0,50%	13,21%	3,40%	-0,89%	-2,22%

Evolução do Volume Faturado de Água por Categoria - 2014-2019 (1.000m³)

Categoria	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Residencial	140.245	141.338	145.277	147.369	148.044	147.899
Comercial	16.350	16.378	16.796	16.793	16.777	16.541
Industrial	3.029	3.027	2.828	2.769	2.765	3.187
Pública	22.358	22.444	23.836	26.233	26.581	24.322
Total	181.981	183.186	188.736	193.164	194.167	191.948
Varição Anual	4,19%	0,66%	3,03%	2,35%	0,52%	-1,14%

A ligeira redução nos números relacionados ao abastecimento de água, apresentada no quadro anterior, é devida principalmente a municipalização dos serviços em Caçador.

Evolução das Ligações e Economias de Esgoto - 2014-2019

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RESIDENCIAL - ligações	58.505	64.222	70.400	78.024	82.327	87.094
economias	170.918	181.416	193.970	211.439	220.696	231.326
COMERCIAL - ligações	10.468	9.140	9.730	10.453	11.064	11.455
economias	31.034	31.363	32.322	33.716	33.777	33.583
INDUSTRIAL - ligações	672	670	711	749	744	744
economias	886	864	905	943	947	956
PÚBLICA - ligações	1.377	1.403	1.507	1.623	1.772	1.854
economias	1.933	2.013	2.149	2.344	2.495	2.584
TOTAL ESGOTO - ligações	71.022	75.435	82.348	90.849	95.907	101.147
economias	204.771	215.656	229.346	248.442	257.915	268.449
Crescimento Anual - Ligações	6,45%	5,23%	6,21%	9,16%	10,32%	5,46%
Crescimento Anual - Economias	7,95%	5,68%	5,32%	6,35%	8,33%	4,08%

Evolução do Volume Faturado de Esgoto por Categoria - 2014-2019 (1.000m³)

Categoria	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Residencial	24.763	25.460	27.146	29.544	31.044	32.428
Comercial	5.520	5.543	5.749	5.964	6.127	6.270
Industrial	343	295	300	323	342	636
Pública	1.739	1.797	1.842	2.074	2.093	2.201
Total	32.365	33.095	35.037	37.905	39.606	41.536
Varição Anual	5,80%	2,26%	5,87%	8,19%	4,49%	4,87%

*Aumento atribuído ao volume vegetativo e novos sistemas em operação.

ACONTECIMENTOS

Dentre os acontecimentos relevantes que marcaram o ano, alguns merecem destaques:

Em 2019 a Companhia passou a ser liderada pela primeira mulher a presidir a empresa em seus 48 anos de existência. A engenheira sanitária Roberta Maas dos Anjos, que é funcionária do Quadro de Carreira desde 2004.

Seguindo determinações da Lei 13.303, a nova Lei das Estatais, a CASAN agora mantém em sigilo o orçamento com o preço de referência da obra que está sendo licitada e ainda negocia com a empresa vencedora ao final do certame. "Estamos conseguindo negociações muito favoráveis para os cofres públicos sem prejudicar a qualidade das obras e serviços, com 18,7% de desconto se comparado ao preço de referência", explica a Presidente Roberta Maas dos Anjos. "A economia nas licitações nos tem permitido mais investimentos em saneamento".

No último ano a CASAN instalou 35 reservatórios, abriu 22 poços artesianos e revitalizou mais de 40 agências de atendimento ou unidades do Sistema de Abastecimento. No período, foi possível assentar quase 1 mil quilômetros de novas redes de água e esgoto.

Além de investimentos e obras, a CASAN promoveu 1.130 cursos e treinamentos para seus funcionários, capacitou instaladores e pedreiros para executarem de forma mais adequada as ligações de esgoto e colaborou com a conscientização ambiental ao receber mais de 7 mil visitantes nas unidades de tratamento de água e esgoto.

Em 2019, a CASAN fortaleceu intercâmbio com entidades representativas, como imobiliárias, Conselhos Regionais profissionais e o Sistema ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais) e firmou importante parceria com a WEG Equipamentos Elétricos, referência mundial em eficiência energética, para modernizar os sistemas de recalque e bombeamento.

Dentro de sua missão social, a Companhia intensificou o Programa Zera Dívida, que regularizou débitos de mais de 700 usuários inadimplentes no último ano.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

No exercício de 2019, a CASAN auferiu receita de aproximadamente R\$1,2 bilhão em razão da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Este valor é 4% superior ao apurado no exercício anterior.

As tarifas decorrentes dos serviços de abastecimento de água foram responsáveis por 79% da receita obtida em 2019, o equivalente a R\$982 milhões. Enquanto isso, a CASAN auferiu R\$236 milhões com tarifas nas operações de esgotamento sanitário, o que representa 19% da receita apurada no ano. Os 2% restantes, cerca de R\$22 milhões, compreendem a outros serviços prestados pela Companhia, como ligações, acréscimos por impuntualidade, consertos de hidrômetros etc.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$968 milhões no ano, o que corresponde a uma redução de 23% em relação ao ano anterior. Esse decréscimo deve-se principalmente ao retorno das despesas à normalidade após a apropriação do Programa de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI) nos anos de 2017 e 2018. Observou-se decréscimo também no resultado financeiro da Companhia, encerrando 2019 na ordem de R\$91 milhões, uma redução de 29% em relação a 2018.

O lucro apurado antes dos impostos sobre o resultado em 2019, na ordem de R\$180 milhões, é 192% superior ao prejuízo apurado no ano anterior, revertendo, portanto, o resultado negativo de 2018, que foi impactado pelo Programa de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI). Desse modo, verificou-se crescimento significativo no resultado líquido do exercício, que passou de R\$119,2 milhões de prejuízo para R\$119,7 milhões de lucro.

Comparativo dos Resultados CASAN - 2014 a 2019 (R\$ mil)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Receita Operacional	820.175	878.897	1.011.284	1.126.217	1.197.061	1.239.629
Custos / Despesas	(621.302)	(772.426)	(849.821)	(1.090.889)	(1.264.126)	(968.361)
Resultado Financeiro	(68.183)	(95.413)	(124.562)	(71.703)	(128.549)	(90.757)
Resultado antes do IR e da CSLL	130.690	11.058	36.901	(36.375)	(195.614)	180.511
Resultado Líquido do Exercício	74.734	10.936	28.374	-28.478	(119.225)	119.686

Analisando os indicadores apurados em 2019, conforme apresentado no quadro abaixo, é possível verificar resultados melhores: na receita operacional; nos resultados do exercício, EBITDA e EBIT; na geração de caixa; no endividamento de curto prazo; nas margens operacional, líquida e EBITDA; na rentabilidade patrimonial; na liquidez corrente; e na relação Dívida Líquida/EBITDA. Em contrapartida, os endividamentos geral e financeiro da Companhia e a representatividade dos seus impostos sobre a receita elevaram-se e a margem bruta reduziu-se no ano.

Esse cenário reflete o movimento de ampliação do atendimento de esgotamento sanitário da CASAN, já que boa parte dos investimentos está sendo realizada com recursos financiados. Além disso, como já abordado anteriormente, em 2018 os resultados e indicadores econômicos foram afetados pelas despesas relacionadas ao Programa de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI).

Indicadores Econômicos CASAN - 2014 a 2019

INDICADORES	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ativo Total (AT)	2.408.156	2.668.241	2.898.526	3.226.243	3.326.896	3.559.018
Patrimônio Líquido (PL)	1.278.376	1.278.823	1.339.061	1.306.667	1.246.082	1.257.038
Receita Operacional Líquida (ROL)	744.696	796.924	917.429	1.020.802	1.085.552	1.124.024
Lucro Líquido (LL)	74.734	10.936	28.374	(28.478)	(119.225)	119.686
Endividamento Geral ((PC + PNC - RD)/AT)	0,46	0,51	0,53	0,59	0,62	0,64
EBITDA	260.611	171.262	230.392	110.150	14.726	359.925
EBIT	198.874	106.472	161.463	35.328	(67.064)	271.268
Geração de Caixa	199.849	190.635	171.135	84.666	96.779	369.161
Endividamento Financeiro (EFT/AT)	0,20	0,28	0,32	0,36	0,35	0,36
Endividamento Curto Prazo (EFPC/ EFT)	0,08	0,05	0,04	0,16	0,24	0,09
Margem Bruta (LB/ROL)	55,04%	51,42%	55,04%	55,94%	55,78%	55,08%
Margem Operacional (LO/ROL)	17,54%	1,42%	3,97%	-3,58%	-18,04%	16,11%
Margem Líquida (LL/ROL)	10,04%	1,37%	3,09%	-2,79%	-10,98%	10,65%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	35,00%	21,49%	25,11%	10,79%	1,36%	32,02%
Rentabilidade Patrimonial (LL/(PL + RD))	5,76%	0,84%	2,09%	-2,15%	-9,42%	9,38%
Liquidez Geral ((AC + ARLP)/(PC + PNC - RD))	0,47	0,41	0,39	0,40	0,35	0,35
Liquidez Corrente (AC/PC)	1,75	1,72	1,58	1,37	0,87	1,32
Dívida Líquida / EBITDA	1,7	2,9	3,9	9,0	73,4	3,1
Impostos/Receita Bruta¹	11,15%	10,29%	11,56%	9,36%	9,32%	13,12%

¹ Impostos: PASEP + COFINS + IR + CSLL

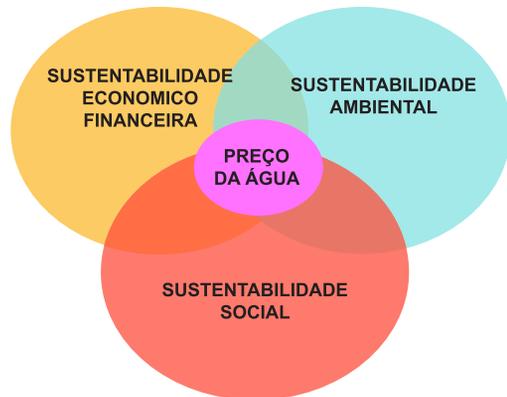
Obs.: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e incluída no Patrimônio Líquido.

POLÍTICA TARIFÁRIA

A política tarifária tem como referência uma tabela tarifária única, separada por categorias de consumidores e com escalas por faixas/quantidades crescentes de consumo, vigente para todos os municípios que detêm a concessão/contrato para exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

Essa política, de grande relevância para a sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro dos SAA e/ou SES nos municípios onde a CASAN atua, visa buscar um ponto de equilíbrio, que permita-nos oferecer condições semelhantes de qualidade e de acesso aos serviços para todos os cidadãos atendidos pela Companhia, ao mesmo tempo que busca inibir consumo supérfluo, evitar desperdício de recursos, além de gerar recursos para investimentos afim de atingir a universalização (modelo fundamentado no Decreto Federal nº 7.217/2010 e aprovado pelas Agências Reguladoras).

FIGURA REPRESENTATIVA DO EQUILÍBRIO ENTRE SUSTENTABILIDADE E PREÇO DA ÁGUA
(Com base na Lei 11.445/07 e decreto 7.217/10)



Para manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, que é constantemente alterado devido às perdas inflacionárias, às mudanças de mercado e a necessidade de cumprir metas dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de ampliação e melhoria dos SAA e SES, a CASAN tem assegurado o direito de solicitar as Agências Reguladoras reajustes tarifários a cada período de 12 meses.

No ano de 2019, a CASAN aplicou no mês de novembro um **reajuste tarifário**, homologado pelas Agências Reguladoras, aos Serviços de Abastecimento de Água e Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários no percentual de **2,61%**, abaixo da inflação do período de 3,51%, aplicado de forma linear, em todas as categorias e faixas de consumo.

Após este reajuste a tarifa mínima residencial normal, cobrada para até 10m³ de consumo, passou a ser de R\$45,19/mês. Clientes que pagam a tarifa mínima residencial representam quase 90% do número total de clientes da Companhia.

Realinhamento Tarifário - 2014 a 2019

Ano de reajuste	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Percentual (%)	7,15	11,94	10,81	6,08	4,39	2,61

Tarifa Social

A denominada Tarifa Social, com valor bastante reduzido, equivalente a aproximadamente 20% da tarifa residencial. Essa tarifa é destinada à população de baixa renda, visando a inclusão social através dessa facilitação ao acesso dos serviços de saneamento e assim melhorando a qualidade de vida e gerando reflexos diretos na saúde e no bem-estar.

Em 2020, passa a vigorar a NOVA ESTRUTURA TARIFÁRIA detalhada a seguir, que possibilitará também uma mudança nas regras de enquadramento nessa categoria, ampliando seu acesso aqueles que mais precisam.

NOVA ESTRUTURA TARIFÁRIA

Ao final de 2019, as Agências Reguladoras autorizaram a CASAN a implantar, até março de 2020, uma nova estrutura tarifária. Com critérios, conceitos e valores instituídos pelas Agências Reguladoras, o novo modelo privilegia o uso consciente de água, estimulando uma mudança cultural nos municípios atendidos.

A principal mudança é a extinção da tarifa de volume mínimo de 10 metros cúbicos e a implantação de uma Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura (TFDI) de R\$ 29,49, que será então acrescida dos novos valores por m³, referentes ao consumo medido.

Princípios da Nova Estrutura Tarifária

- Estimulo ao uso mais consciente de água
- Valores mais adequados ao consumo de cada família ou imóvel
- Atendimento a uma demanda histórica da sociedade
- Alinhamento a uma tendência nacional de extinguir um consumo mínimo
- Mantém o atual preço médio da água

INVESTIMENTOS EXECUTADOS

Em 2019 a CASAN investiu R\$245 milhões dos quais a maior parte foi aplicada em esgotamento sanitário (79%). O valor investido no ano supera o aplicado no ano anterior em aproximadamente R\$7 milhões, refletindo a continuidade da execução do plano de Investimentos da Companhia. O quadro abaixo e os detalhamentos a seguir trazem mais informações sobre esses investimentos.

Evolução dos Investimentos – 2014 a 2019 - (R\$ 1.000)

Distribuição dos Investimentos	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total no Período	%
Água	55.282	84.246	66.453	75.285	33.933	52.471	367.670	25
Esgoto	101.238	187.628	158.446	159.887	173.352	192.600	973.151	67
Outros	25.045	32.455	15.261	13.259	31.076	0	117.096	8
Total	181.565	304.329	240.160	248.431	238.361	245.071	1.457.917	100

Maiores Investimentos Executados nos Sistemas de Esgotamento sanitário:

Os principais investimentos realizados ao longo de 2019, para a implantação, melhoria e ampliação dos sistemas de

esgotamento sanitário, foram executados nos seguintes municípios, com os objetivos, conforme abaixo:

MUNICÍPIO	SISTEMA	OBRA	SITUAÇÃO
ARAQUARI	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário - Itinga	Andamento
CONCÓRDIA	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
CRICIÚMA	Esgoto	Ampliação da Rede e da Estação de Tratamento de Esgotamento Sanitário	Andamento
CURITIBANOS	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
CHAPECÓ	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
FLORIANÓPOLIS	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
IBIRAMA	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
INDAIAL	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
PIRA/PIRATUBA	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
LAURO MULLER	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
BALNEÁRIO PIÇARAS	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
RIO DO SUL	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
SÃO JOSÉ	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento

Além das grandes obras de esgotamento destacadas acima, foram realizados diversos outros investimentos significativos nos municípios operados, especialmente para a manutenção e melhoria da prestação dos serviços, dos quais se destacam: extensões, melhorias e manutenções de redes, perfuração de novos poços, compra e serviços de instalação de equipamentos eletromecânicos como bombas submersíveis, bombas dosadoras, motobombas entre outras.

OS PRÓXIMOS ANOS

Dando prosseguimento a sua política de expansão de atendimento, a CASAN segue ampliando a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia visa compatibilizar as metas estabelecidas nos planos de saneamento dos municípios atendidos e sua capacidade de investimento e, assim, atingir, mesmo que com atraso, a meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) no que diz respeito a universalização dos serviços prestados. A responsabilidade é grande já que a universalização do atendimento de esgotamento sanitário trará significativos ganhos em qualidade de vida para a população catarinense.

O CAPEX da CASAN prevê de 2020 a 2023 a realização de investimentos com recursos da União e de agentes financiadores nacionais e estrangeiros. O quadro abaixo apresenta a distribuição desses investimentos com recursos externos. Além deles, há parcela significativa de recursos próprios, os quais são aplicados na forma de contrapartida aos recursos financiados; encargos financeiros decorrentes dos financiamentos; ou na realização integral de investimentos.

A CASAN prevê aplicar mais de R\$600 milhões nesse período, totalizando um CAPEX superior a R\$1 bilhão até o ano de 2023. O quadro a seguir apresenta os recursos externos já assegurados para os próximos anos:

FONTES DE RECURSOS PARA O PLANO DE INVESTIMENTOS

FONTE DOS RECURSOS EXTERNOS	(R\$ 1.000)
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA)	112.123
AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO - (AFD)	84.975
AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO - (JICA)	254.010
ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (OGU)	35.511
TOTAL	486.620

Os investimentos planejados para o período poderão ainda ser elevados se às novas obras programadas para implantação e ampliação dos serviços de esgotamento sanitário conseguirem prazos otimizados em seus licenciamentos e demais etapas.

Com estes investimentos programados e em execução, a área técnica projeta atingir o índice próximo de 40% para cobertura urbana de esgoto até o ano de 2023.

Diretrizes elencadas para aumento de eficiência nos municípios atendidos pela CASAN

Estando próxima de completar 50 anos de existência, tem o sucesso no cumprimento da sua missão largamente impulsionado pelo reconhecido *know-how* técnico-operacional da Companhia, caracterizado pela observância de padrões de exigência, busca efetiva de transparência no seu negócio, alicerçada no seu capital humano de colaboradores qualificados que diariamente trabalham para garantir serviços essenciais à qualidade de vida das populações do nosso estado.

Para desenvolver suas competências a Companhia reviu seu planejamento estratégico e reafirmou a MISSÃO citada anteriormente de *"Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável"*.

A Companhia deseja ser motivo de orgulho para os catarinenses, tendo como VISÃO: *"Ser reconhecida como empresa de excelência na prestação de serviços de saneamento, de forma, sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente e em saúde pública"*.

Os princípios que expressam a filosofia da empresa e representam as convicções dominantes, as crenças básicas das pessoas e colaboradores da organização, permeando todas as atividades e relações com os clientes, são baseados em seus VALORES: *"Sustentabilidade, Integridade e Ética, Profissionalismo e Competência, Transparência, Impessoalidade e Inovação"*.

Para aumentar sua capacidade de investimento e assegurar sua solidez operacional, a CASAN continuará trabalhando para buscar obter ganhos de eficiência e produtividade. Nesse sentido, elegeu em sua estratégia de longo prazo, os principais campos em que serão desenvolvidas iniciativas estratégicas, que visam não somente a melhoria em diversas atividades, mas também a redução dos custos, focados no aprimoramento dos eixos estruturantes do negócio para alcance dos objetivos estratégicos de:

Econômico-financeira - Sustentabilidade Empresarial

- Garantir e otimizar o equilíbrio econômico-financeiro;

Mercado e Sociedade - Usuários e Poder Concedente

- Expandir os serviços, manter e recuperar mercado;
- Fortalecer a imagem da CASAN e a satisfação com serviços;

Tecnologia e Processos Internos

- Aperfeiçoar processos operacionais e administrativos;
- Aumentar a qualidade dos produtos e serviços;
- Aumentar atuação com responsabilidade socioambiental

Recursos Humanos - Aprendizado e crescimento

- Desenvolver e valorizar o capital humano.

As ações para universalização dos serviços de saneamento em Santa Catarina estão alinhadas com estas iniciativas que visam garantir a sustentabilidade econômico-financeira e operacional, bem como sua capacidade de investimento, fundamental para que leve seus serviços a cada vez mais usuários.

BALANÇO PATRIMONIAL - Levantado em:

ATIVO	Notas	31/12/2019		31/12/2018	
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.013	4.902		
Títulos e valores mobiliários	8	189.509	82.913		
Contas a receber de clientes	9	204.443	204.621		
Partes relacionadas	21	10.083	7.710		
Estoques	10	47.566	42.332		
Impostos e contribuições antecipados/recuperar	11	58.648	41.364		
Outros	11	18.730	32.426		
		534.992	416.268		
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Títulos e valores mobiliários	8	12.867	48.070		
Contas a receber de clientes	9	15.386	15.039		
Depósitos dados em garantia	19	95.304	96.702		
Ativo fiscal diferido	13	91.264	110.399		
Ativo Financeiro	12	28.694	38.164		
Direito de Uso de Bem	3	27.278			
		270.793	308.374		
Investimentos	14	304	304		
Imobilizado	14	40.876	47.689		
Intangível	14	1.759.001	1.531.404		
Obras em andamento	14	953.052	1.022.857		
		2.753.233	2.602.254		
		3.024.026	2.910.628		
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE					
		3.559.018	3.326.896		

TOTAL DO ATIVO **3.559.018** **3.326.896**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO	Notas	31/12/2019		31/12/2018	
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	15	119.832	275.841		
Fornecedores e empreiteiros		47.496	43.586		
Partes relacionadas	21	-	25.539		
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	39.169	39.868		
Plano de demissão voluntária incentivada	20	71.395	68.701		
Impostos e contribuições a recolher	17	65.296	18.596		
Dividendos propostos	23d	36.645	5.620		
Participações estatutárias		-	26		
Contratos de Arrendamento Mercantil	3	23.103			
Outros		1.520	1.610		
		404.456	479.387		
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	15	1.150.175	883.039		
Partes relacionadas	21	57.722	45.684		
Impostos e contribuições a recolher	17	27.432	34.653		
Plano de demissão voluntária incentivada	20	373.358	418.214		
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e participações	16	3.177	-		
Provisão para contingências	19	82.475	81.204		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	82.288	87.680		
Plano previdenciário	20	97.379	31.769		
Contratos de Arrendamento Mercantil	3	4.175			
Outros		83	83		
Receita diferida	22	19.260	19.101		
		1.897.524	1.601.427		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		842.267	842.267		
Adiantamento para futuro aumento de capital		45.887	45.887		
Reserva de reavaliação		87.418	89.751		
Ajuste patrimonial		131.235	148.848		
Reserva legal		17.915	11.931		
Reserva para fundo de investimentos		222.522	129.446		
Outros resultados abrangentes (ORA)		(90.206)	(22.048)		
Lucros/(Prejuízos)		-	-		
		1.257.038	1.246.082		
		3.559.018	3.326.896		
TOTAL DO PASSIVO		3.559.018	3.326.896		
Patrimônio Líquido/Ação		1,7579	1,7425		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
 Exercícios findos em

	Em milhares de reais	
	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 24)	1.124.024	1.085.552
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(504.931)	(480.058)
LUCRO BRUTO	619.093	605.494
DESPESAS OPERACIONAIS		
Com vendas	(88.071)	(90.015)
Gerais e administrativas	(253.483)	(576.642)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (nota 28)	(6.270)	(5.902)
	(347.824)	(672.559)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	271.269	(67.065)
RESULTADO FINANCEIRO (nota 27)		
Receitas financeiras	19.139	19.924
Despesas financeiras	(109.897)	(148.472)
	(90.758)	(128.548)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	180.511	(195.613)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Corrente	(47.082)	-
Diferido	(13.743)	76.388
	(60.825)	76.388
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	119.686	(119.225)
Participações estatutárias	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	119.686	(119.225)
QUANTIDADE DE AÇÕES (Em milhares)	715.094	715.094
(Prejuízo) Lucro por lote de mil ações	0,16737	(0,16673)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
 Exercícios findos em

	Em milhares de reais	
	31/12/2019	31/12/2018
1. RECEITAS	1.209.976	1.163.311
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.239.630	1.197.061
1.2. Outras receitas (despesas) operacionais	(6.270)	(5.902)
1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.384)	(27.848)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(385.163)	(375.280)
2.1. Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(145.490)	(144.441)
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(228.065)	(222.018)
2.3. Outras despesas gerais	(11.608)	(8.821)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	824.813	788.031
4. DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(93.552)	(81.791)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	731.261	706.240
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	19.139	19.924
6.1. Receitas financeiras	19.139	19.924
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	750.400	726.164
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	750.400	726.164
8.1. Pessoal		
8.1.1. Remuneração direta	193.953	197.586
8.1.2. Benefícios	58.076	50.690
8.1.3. FGTS	14.597	13.906
8.1.4. Plano Demissão Voluntária Incentivada	28.351	346.712
8.2. Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1. Federais	225.687	87.225
8.2.2. Estaduais	131	798
8.2.3. Municipais	22	-
8.3. Remuneração de capital de terceiros		
8.3.1. Juros	109.802	147.717
8.3.2. Outras		
8.3.2.1. Variações monetárias e cambiais	(29)	424
8.3.2.2. Multas e acréscimos moratórios	-	-
8.3.2.3. Outras despesas de financiamentos	124	331
8.4. Remuneração de capitais próprios		
8.4.2. Dividendos	31.025	
8.4.3. (Prejuízo) do exercício/Lucros retidos	88.661	(119.225)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Em milhares de reais	
	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	119.686	(119.225)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	93.553	85.984
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.743	(76.388)
Provisão para contingências	1.271	9.412
Dividendos a distribuir		
Alienação imobilizado	538	276
	228.791	(99.941)
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(169)	(2.641)
Partes relacionadas	(2.373)	89
Estoques	(5.234)	(3.536)
Ativos financeiros	9.470	(6.115)
Depósitos dados em garantia	1.398	(7.589)
Impostos e contribuições a recuperar	(17.284)	31.674
Convênios com Prefeituras	3	-
Direito de Uso de Bem	(27.278)	-
Outros	13.693	(17.732)
	(27.774)	(5.850)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores e empreiteiros	3.910	(2.307)
Partes relacionadas	(13.500)	(11.773)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2.451	(14.943)
Impostos e contribuições a recolher	39.481	(11.342)
Plano de demissão voluntária incentivada	(42.162)	298.412
Plano previdenciário	65.609	14.792
Crédito rotativo Banco do Brasil	-	(9.978)
Cheque especial - Caixa Economica Federal	-	(10.000)
Ajuste da reavaliação patrimonial - Depreciação	-	(88.170)
Contratos de Arrendamento Mercantil	27.278	-
Outros	68	339
	83.135	165.030
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	284.152	59.239
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições imobilizado e intangível	(245.071)	(238.362)
Retorno de imobilizado e intangível devido a municipalização	-	-
Baixa de imobilizado e intangível devido a municipalização	-	16.327
Aplicações financeiras	(71.393)	108.194
	(316.464)	(113.841)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adições nos empréstimos e financiamentos	647.976	199.547
Amortização nos empréstimos e financiamentos	(536.849)	(202.928)
Distribuição de dividendos		(3.056)
Ajustes patrimoniais	(9.470)	(10.212)
Outros ajustes	(77)	3
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(68.157)	(19.321)
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Ajuste da reavaliação patrimonial - Depreciação	-	88.170
	33.423	52.203
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	33.423	52.203
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.111	(2.399)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.902	7.301
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.013	4.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais

	Resultados Abrangentes				Reservas de lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reavaliação	Ajuste patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva p/ Plano de Investimentos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	842.267	92.050	166.605	(2.727)	11.931	150.654	45.887	-	1.306.667
Subscrição de Capital									
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital									
Reserva p/Plano de Investimentos									
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Realização da reserva de reavaliação		(4.511)						4.511	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(10.212)						(10.212)
Ajuste da reavaliação patrimonial - Depreciação			(10.967)					99.137	88.170
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação		2.212	3.422					(5.634)	-
Outros Ajustes								3	3
Outros Resultados Abrangentes (ORA)				(19.321)					(19.321)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício								(119.225)	(119.225)
Destinação dos lucros/(Prejuízo)									
Reserva para fundo de investimentos						(21.208)		21.208	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	842.267	89.751	148.848	(22.048)	11.931	129.446	45.887	-	1.246.082
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2019	842.267	89.751	148.848	(22.048)	11.931	129.446	45.887	-	1.246.082
Subscrição de Capital									
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital									
Reserva p/Plano de Investimentos									
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Realização da reserva de reavaliação		(3.521)	(12.338)					15.859	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(9.470)						(9.470)
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação		1.197	4.195					(5.392)	-
Baixas de ativos reavaliados									-
Outros Ajustes		(9)						(68)	(77)
Outros resultados abrangentes (ORA)				(68.158)					(68.158)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício								119.686	119.686
Destinação dos lucros/(Prejuízo)									
Dividendos propostos								(31.025)	(31.025)
Reserva legal					5.984			(5.984)	-
Reserva para fundo de investimentos						93.076		(93.076)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	842.267	87.418	131.235	(90.206)	17.915	222.522	45.887	-	1.257.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Líquido do Período	119.686	(119.225)
Realização da reserva de reavaliação	(15.859)	(4.511)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	(9.470)	(10.212)
Ajuste da reavaliação patrimonial - Depreciação	-	88.170
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	5.392	5.634
Outros Resultados Abrangentes	(68.158)	(19.320)
Resultado Abrangente do Período	31.591	(59.464)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018 EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos:

a. Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico com municípios do Estado de Santa Catarina mediante convênios e contratos de programa;

b. Promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;

c. Arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;

d. Elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

e. Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional por meio de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;

f. Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;

g. A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;

h. Efetuar, como atividade-meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica, e;

i. Coletar, tratar e dar destinação final a resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia operava serviços de água e esgoto em 194 municípios sendo 193 no Estado de Santa Catarina, e 01 município no Estado do Paraná (194 municípios, e sendo 01 município no Estado do Paraná em 31 de dezembro de 2018). Atua nesses municípios mediante contrato de concessão ou contratos de programa, sendo que a maioria destes apresenta prazo de duração de 30 anos.

Dos 194 municípios, 184 encontram-se com instrumentos jurídicos vigentes, 07 vencidos e 03 sem nenhum tipo de instrumento jurídico. Os municípios cujos instrumentos jurídicos de concessão estão vigentes, distribuem-se pelo ano de vencimento conforme relação abaixo:

Ano de vencimento	Número de municípios	Ano de vencimento	Número de municípios
2020	3		
2021	5	2040	5
2022	5	2041	3
2023	7	2042	11
2024	7	2043	10
2025	3	2044	7
2026	2	2045	3
2027	2	2046	8
2028	11	2047	5
2029	4	2048	11
2030	12	2049	11
2031	2	2050	1
2032	4	2051	0
2033	0	2052	1
2034	7	2053	1
2035	4	2054	0
2036	19	2055	0
2037	0	2056	2
2038	3	2057	0
2039	3	2065	2

Total de 184 Municípios

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela Administração da Companhia em 10 de fevereiro de 2020.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

b.1. Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

b.2. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;

b.3. O ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas notas explicativas:

- Nota 09 – Contas a receber de clientes
- Nota 13 – Ativo fiscal diferido
- Nota 14 – Imobilizado e Intangível
- Nota 19 – Provisão para contingências
- Nota 20 – Benefícios a empregados

Desde 2002 a Companhia deparou-se com o término de alguns contratos/convênios de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que trinta e nove municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº12.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

iii. Capital Social

- Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

- Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais dão direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidas como perdas.

e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável – *Impairment*

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser

testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, devido às suas características peculiares;

- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.

- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital – WACC) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;

- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetadas conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;

- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

h. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximam das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI – Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

j. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

l. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

m. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240. A Contribuição Social do exercício corrente e também a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a

cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

n. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

c. Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

r. Impactos da adoção ao IFRS 16/ CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de janeiro de 2019)

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento Mercantil aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, iniciou a vigência em 1º de janeiro de 2019. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

r. 1 Transição para o CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil

Com a adoção da norma a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações financeiras da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;

- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;

- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e

- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/CPC 06 (R2) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contêm ou não arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os

pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras para as bases de 31 de dezembro de 2019.

Após as análises realizadas, a Companhia concluiu que em 31 de dezembro de 2019, 7 (sete) contratos são considerados dentro do escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16, e a adoção gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado abaixo:

Tabela Arrendamento 2019	Pagamentos Futuros	Taxa de desconto	Ativo de Arrendamento	Passivo de Arrendamento
Direito de Uso de bens	29.591	(2.313)	27.278	27.278

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2019 estão representados da seguinte forma:

ATIVO	2018	Adições	Baixas	Depreciação	2019
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	-	32.126	-	-4.848	27.278
	-	32.126	-	-4.848	27.278

PASSIVO	2018	Adições	Amortização	Ajuste a valor presente	2019
Arrendamento mercantil	-	32.126	-4.929	81	27.278
	-	32.126	-4.929	81	27.278

Circulante 23.103
Não circulante 4.175

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco operacional
- risco financeiro

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;

- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela Casan;

- Risco fiscal: trata-se da probabilidade de o Congresso efetuar mudanças desfavoráveis nas leis tributárias, como a eliminação de isenções de impostos, a limitação de deduções e o aumento nas taxas dos tributos;

- Risco de concorrência: relativo às pressões decorrentes da existência de novos entrantes (empresas privadas) no mercado de água e saneamento.

Risco operacional:

Pode ser definido como uma medida das perdas potenciais no setor de água e saneamento no caso de seus sistemas, práticas e controles internos não serem capazes de resistir a falhas humanas, naturais ou de equipamentos. O risco operacional engloba vários riscos, como:

- Risco de equipamentos: relacionado às falhas nos seus equipamentos/sistemas de captação/coleta, tratamento, distribuição/disposição final; além dos equipamentos/sistemas administrativos;

- Risco de obsolescência: referente à desclassificação tecnológica dos materiais e equipamentos, motivada pela aparição de exemplares mais modernos;

- Risco de erro não intencional: relativa à negligência, falta de concentração no trabalho, falta de informações etc.;

- Risco de fraudes, furtos ou roubos: traduzido como negligência de controles internos, negligência de fiscalização comercial, aceitação de "incentivos" de clientes, ligações clandestinas;

- Risco de qualificação: relacionada à qualificação inapropriada dos funcionários;

- Risco de serviços: relativo ao não atendimento das expectativas e das necessidades dos consumidores com relação aos serviços prestados;
- Risco de regulamentação/regulação: trata-se do risco de ocorrer a expedição de novos instrumentos legais e normativos ou a alteração dos já existentes, incluindo os emitidos pelas agências reguladoras, que dificultem o atendimento das novas regras pela Companhia;
- Risco de concentração: referente à não diversificação adequada dos fornecedores;
- Risco sistêmico: relaciona-se às alterações substanciais no ambiente operacional;
- Risco de catástrofe: relativo à ocorrência de catástrofes como enchentes, secas, furacões, terremotos etc.

Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2019, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado; Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis;

Empréstimos e financiamentos – o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Empréstimos e em moeda estrangeira – coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
	Contábil	Contábil	Mercado	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	6.013	4.902	6.013	4.902
Títulos e Valores Mobiliários	202.376	130.983	202.376	130.983
Contas a Receber (líquido de PDD)	219.829	219.660	219.829	219.660
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	(779.358)	(657.184)	(779.358)	(657.184)
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	(490.649)	(501.696)	(490.649)	(501.696)

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto e, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico

de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. Impairment de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias. Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 20. Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva. As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são as seguintes:

	Total na demonstração de resultado	
	Água	Esgoto
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	1.003.206	236.423
Deduções da receita bruta	(93.555)	(22.050)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	909.651	214.373
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos		(425.962)
Lucro bruto		698.062
Depreciação e amortização total		(88.657)
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(331.866)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas		(6.270)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		271.269

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

	Total na demonstração de resultado	
	Água	Esgoto
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	976.943	220.118
Deduções da receita bruta	(91.027)	(20.482)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	885.916	199.636
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos		(407.952)
Lucro bruto		677.600
Depreciação e amortização total		(81.791)
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(656.972)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas		(5.902)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		(67.065)

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Imobilizado	40.876	47.689
Obras em andamento	953.052	1.022.857
Ativo intangível	1.759.001	1.531.404
Intangível em andamento	-	-
Ativos dos segmentos reportados	2.752.929	2.601.950
Total do ativo circulante	534.992	416.268
Ativo não circulante		
Contas a receber de clientes, líquido	15.386	15.039
Ativo financeiro	28.694	38.164
Depósitos dados em garantia	95.304	96.702
Investimentos	304	304
Títulos e valores mobiliários	12.867	48.070
Ativo fiscal diferido	91.264	110.399
Direito de Uso de Bem	27.278	-
Ativo total, conforme balanço patrimonial	3.559.018	3.326.896

Receita Operacional por Superintendência: Água

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Metropolitana	379.803	367.216
Sul/Serra	185.131	174.437
Oeste	223.845	235.055
Norte/Vale	214.429	200.235
Total	1.003.208	976.943

Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Metropolitana	163.459	155.891
Sul/Serra	36.338	31.214
Oeste	28.382	26.468
Norte/Vale	8.243	6.545
Total	236.422	220.118

Receita Operacional por Município: Água

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Florianópolis	226.683	217.329
Chapecó	59.309	56.077
Criciúma	75.091	71.356
Rio do Sul	25.814	24.178
São José	94.470	90.156
Outros	521.841	517.847
Total	1.003.208	976.943

Receita Operacional por Município: Esgoto

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Florianópolis	132.399	127.189
Chapecó	23.495	22.248
Criciúma	21.258	20.343
Rio do Sul	-	-
São José	30.771	28.428
Outros	28.499	21.910
Total	236.422	220.118

Resumo dos custos e despesas

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Despesas		
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	504.930	480.057
Vendas	88.071	90.015
Gerais e Administrativas	253.483	576.244
Total	846.484	1.146.316

Resumo das receitas

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receitas		
Água	1.003.208	976.943
Esgoto	236.422	220.118
Total	1.239.630	1.197.061

Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como segue abaixo:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Bens numerários	1	2
Bancos conta movimento	456	559
Bancos conta arrecadação	5.519	4.204
Bancos conta vinculada	37	137
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	6.013	4.902

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO E LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$202.376 (R\$130.983 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas. Do montante total de R\$202.376 em 31 de dezembro de 2019, R\$99.422 refere-se à aplicação dos Recursos destinados especificamente à obras de expansão da companhia, devendo ser aplicado somente para este fim, o restante, R\$102.954, refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante		
Consumidores finais	186.468	180.186
Entidades públicas	17.190	22.152
Consumo a faturar	58.966	57.182
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	(58.181)	(54.899)
Total Circulante	204.443	204.621
Não circulante		
Consumidores finais	9.658	6.362
Entidades públicas	5.728	8.677
Créditos reconhecidos como perdas	199.682	179.470
(-) Perdas reconhecidas	(199.682)	(179.470)
Total Não circulante	15.386	15.039
Total Contas a Receber de Clientes	219.829	219.660

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2019, segregadas pela faixa de idade dos saldos:

Categoria	A vencer	> 90 dias e	> 180 dias e	> 720 dias	Total
		< 90 dias	< 180 dias		
Comercial	17.325	4.529	1.255	6.933	21.603
Industrial	2.821	581	121	797	4.764
Pública	13.190	2.389	1.956	11.011	77.102
Residencial	80.701	29.469	6.526	39.440	96.213
Consumo a faturar	58.966	-	-	-	58.966
	173.003	36.968	9.858	58.181	199.682
PCLD	-	-	-	(58.181)	(199.682)
Total Contas a Receber	173.003	36.968	9.858	-	219.829

a) A partir de 01 de novembro de 2019 foi aplicado o reajuste tarifário de 2,61% nas tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações, conforme autorizado pelas Agências Reguladoras ARES - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (Resolução nº 115, de 02 de setembro de 2019), ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (Deliberação nº 025, de 10 de setembro de 2019), AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí (Decisão Complementar nº 072/2019 - Procedimento Administrativo nº 110/2019) e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental (Resolução nº 14 de 27 de setembro de 2019).

b) Em conformidade com o estabelecido pela Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC) através da Resolução nº 115 de 02/09/2019, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) através da Deliberação nº 26/2019 de 09/10/2019, a Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí (AGIR) através da Decisão nº 077/2019 de 15/10/2019, o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental (CISAM SUL) através da Resolução 022/2019 de 31/10/2019, e a Reunião da Diretoria Executiva da CASAN nº 1979 de 13/11/2019, realizará a implantação da nova estrutura tarifária da CASAN a partir de 01 de março de 2020.

A Nova Estrutura Tarifária, baseada nos volumes fornecidos, atende a uma demanda histórica dos usuários retirando a tarifa mínima de 10m³ por economia e inserindo a cobrança pelo volume efetivamente consumido, o que esperamos resultar em um incentivo a utilização consciente da água.

Com a mudança o faturamento pelos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários passará a ser composto por duas tarifas: uma tarifa fixa de disponibilidade de infraestrutura (TFDI), referente ao uso mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas (Inciso IV do Artigo 30 da Lei Federal 11.445/2007), e uma tarifa variável conforme categorias de usuários, distribuídas por faixas de volume fornecido e progressivas conforme a quantidade efetivamente utilizada (Inciso I do Artigo 30 da Lei Federal 11.445/2007).

c) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes.

São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou

pagamentos em agentes não credenciados.

Em 31 de dezembro de 2019 a conta apresenta um saldo de R\$ 5.417 (R\$10.600 em 31 de dezembro de 2018). Atualmente a Prefeitura de Palhoça está pagando a fatura normalmente e os valores apresentados nos trimestres anteriores referente a ação judicial 045.08.000501-7, já foram baixados do contas a receber da Companhia.

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Materiais em almoxarifado	47.304	42.244
Materiais em poder de terceiros	55	55
Materiais em Trânsito	-	-
Outros	207	33
Total Estoques	47.566	42.332

11. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Adiantamentos a fornecedores	8.590	21.481
Convênios com prefeituras	7.256	7.259
Adiantamentos a empregados	752	1.562
Cauções	245	245
Pagamentos reembolsáveis	1.204	1.220
Impostos a recuperar	58.648	41.364
Outros créditos	683	659
Total	77.378	73.790

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

12. ATIVO FINANCEIRO

Até 31 de dezembro de 2019 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Municipalizados a Receber) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Por consequência, a Companhia transferiu os valores registrados em Ativos Municipalizados a Receber para a conta de Ativo Financeiro (Não Circulante), conforme previsto nos CPCs 38 e 39, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Ativos financeiros	Saldo Contábil antes dos ajustes	12,5% a.a.	Nº anos restan-tes	Ajustes em 2011 a 2019	Saldo Contábil em 31/12/2019
	Balneário Gaiivota	967	121	0	967
Bombinhas	6.801	850	5	2.550	4.251
Campo Alegre	573	71	0	573	-
Canelinha	853	107	0	853	-
Capivari de Baixo	120	15	0	120	-
Corupá	639	80	0	639	-
Garuva	508	63	0	508	-
Gravatal	8.267	1.033	3	5.166	3.100
Guabiruba	2.062	258	6	516	1.547
Ilhota	1.498	188	5	559	938
Imbituba	24.817	3.108	2	18.600	6.217
Joinville	96	0	0	96	-
Massaranduba	751	94	0	751	-
Meleiro	241	30	0	241	-
Morro da Fumaça	4.438	555	6	1.110	3.328
Penha	6.337	792	0	6.337	-
Praia Grande	983	123	1	860	123
Presidente Getúlio	1.119	140	0	1.119	-
Princesa	189	24	6	48	142
São Francisco do Sul	6.423	803	1	5.620	803
São Jose do Cedro	3.585	448	2	2.689	896
Três Barras	675	84	0	675	-
Videira	9.798	1.225	6	2.450	7.349
Total	81.740	10.212		53.047	28.694

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldos em 31 de dezembro de 2019
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaiivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Içara	2005	15.000
			Balneário		
Canelinha	2009	4.094	Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
			São Francis-		
Fraiburgo	2005	2.200	co do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Barra Velha	2009	6.000
Itapoá	2007	3.469	Itajaí	2005	30.000
Imbituba	2014	25.037	Joinville	2005	135.000
Massaranduba	2010	2.486	Papanduva	2005	800
Meleiro	2009	571	Três Barras	2011	2.281
Palhoça	2007	10.000	Timbó	2005	5.000
Penha	2012	8.896	Itapema	2005	4.000
			São José do		
Praia Grande	2013	1.078	Cedro	2014	3.584
Presidente Getúlio	2010	4.536	Lages	2005	110.000
João Batista	2005	1.900	Garuva	2012	475
Bombinhas	2017	7.100	Gravatal	2015	8.308
Princesa	2017	191	Videira	2018	9.000
Ilhota	2017	2.215	Guabiruba	2018	3.072
Total de Indenizações					503.705

13. ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza dos ativos:	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
				Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	58.181	14.545	5.236	19.781	18.666
Provisão para contingências fiscais	-	-	-	-	44
Provisão para contingências cíveis	67.975	16.994	6.118	23.112	21.905
Provisão para contingências trabalhistas	14.501	3.625	1.305	4.930	5.660
Prejuízo Fiscal	127.767	31.942	11.499	43.441	64.124
	268.424	67.106	24.158	91.264	110.399

Classificação do ativo diferido:

Realizável a longo prazo	91.264	110.399
--------------------------	--------	---------

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

Imposto de Renda diferido ativo	Provisão para contingências	Provisão p/devedores duvidosos	Prejuízo Fiscal	Total
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	3.200	2.297	64.124	69.621
Em 31 de dezembro de 2018	27.609	18.666	64.124	110.399
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	433	1.115	(20.683)	(19.135)
Em 31 de dezembro de 2019	28.042	19.781	43.441	91.264

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2019 os ativos Imobilizado e Intangível e as Obras em Andamento da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

a) Intangível por segmento

Sistema de Água	31 de dezembro de 2018	Depreciação/Amortização	Baixas/Municipalizações/Ajustes	Aquisições/Transf.	31 de dezembro de 2019
					Líquido
Produção/Distribuição	907.941	(45.639)	(422)	60.135	922.015
Sistema de Esgoto					
Redes/Tratamento	623.463	(38.064)	(12)	251.599	836.986
Total	1.531.404	(83.703)	(434)	311.374	1.759.001

b) Obras em andamento e Ativos Administrativos

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

Obras em andamento e Ativos Administrativos	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Água		
Produção	59.518	74.016
Distribuição	43.479	47.008
Projetos e obras de operação Imediata	17.894	5.531
Total Água	120.891	128.555
Esgoto		
Coleta, tratamento e lançamento final, estudos e projetos em elaboração	735.818	795.192
Projetos e obras de operação Imediata	1.931	892
Total Esgoto	737.749	796.084
Projetos e obras administrativas	78.564	83.930
Estoques de obras, adiantamentos a terceiros e convênios com prefeituras	15.848	14.288
Ativos Administrativos		
Saldo inicial 01 de janeiro	47.689	56.260
Depreciação e amortização	(8.601)	(9.414)
Baixas, municipalizações e ajustes	(1.899)	(375)
Aquisições e transferências	3.688	1.218
Total Ativos Administrativos	40.877	47.689
Total Obras em Andamento e Ativos Administrativos	993.928	1.070.546

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativos reavaliados	324.311	345.561
Tributos sobre a reavaliação	(82.288)	(87.680)
Saldo da reavaliação	242.023	257.881

c) Ativos Intangíveis

Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados às atividades operacionais da Companhia:

Município	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Amortização acumulada	Valor líquido	Amortização acumulada	Valor líquido
Caçador	16.988 (6.463)	10.525	11.165	
Concórdia	25.352 (8.834)	16.518	17.204	
Chapécó	203.369 (70.499)	132.870	139.662	
Criciúma Sistema Local e Integrado	298.339 (111.937)	186.402	196.114	
Curitibanos	17.060 (8.068)	8.992	9.169	
Florianópolis Sistema Local e Integrado	1.145.610 (437.965)	707.645	695.539	
Laguna	95.998 (8.506)	87.492	14.699	
Rio do Sul Sistema Local e Integrado	28.892 (11.978)	16.914	16.280	
Santo Amaro da Imperatriz	18.253 (6.955)	11.298	11.742	
São Joaquim	60.680 (13.559)	47.121	48.014	
São José	73.184 (31.205)	41.979	43.327	
São Miguel do Oeste Sistema Local e Integrado	28.941 (8.475)	20.466	18.294	
Siderópolis	15.156 (4.255)	10.901	11.310	
Outros	635.818 (175.940)	459.878	298.885	
	2.663.640 (904.639)	1.759.001	1.531.404	

Depreciação e Amortização

As taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro. A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, obtida nas notas explicativas a abaixo:

Operações no exterior:

Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	398.137
(-) Juros a Apropriar	(56.215)
Japan International Cooperation Agency - JICA	163.261
(-) Juros a Apropriar	(14.534)
Total Operações líquidas no exterior	490.649
Operações no país:	
Caixa Econômica Federal – CAIXA - Obras	338.936
(-) Juros a Apropriar	(144.938)
Debêntures	750.720
(-) Juros a Apropriar	(165.360)
Total Operações Líquidas no país	779.358
Total Empréstimos e Financiamentos	1.270.007

Abaixo a comparação com o ano de 2018, pelo seu valor líquido:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	
Operações no exterior:					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	48.157	44.282	293.765	332.114	Ver nota explicativa
Japan International Cooperation Agency - JICA	4.993	4.761	143.735	120.539	1,20% a.a.
Total Operações no exterior	53.150	49.043	437.500	452.653	
Operações no país:					
Caixa Econômica Federal – CAIXA - Obras	8.270	7.255	185.728	180.236	Ver nota explicativa
Banco BOCOM - BBM	-	50.000	-	-	5,8% a.a. + DI
Banco VOTORANTIM - CCB	-	28.028	-	-	5,75% a.a. + DI
Banco SANTANDER - CCB	-	-	-	-	5,75% a.a. + DI
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	-	42.294	-	152.853	IPCA + 9% a.a.
Debêntures	58.412	99.221	526.948	97.297	Ver nota explicativa
Total Operações no país	66.682	226.798	712.675	430.386	
Total Empréstimos e Financiamentos	119.832	275.841	1.150.175	883.039	

a) Em 31 de dezembro 2019 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2018).

b) Em 31 de dezembro 2019 os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e têm seus vencimentos até 2036.

c) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano:	31 de dezembro de 2019
2020	119.832
2021	242.136
2022	258.649
Após 2022	649.390
Total	1.270.007

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 31 de março de 2010 a contratação de empréstimo junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de R\$12.324.000 para as obras e R\$2.102.000 para consultoria sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 31 de dezembro de 2019 a Companhia recebeu o montante de R\$163.608. Este empréstimo é garantido pela República Federativa do Brasil.

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de €99.756, que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. A taxa de juros do empréstimo é definida nas datas dos desembolsos, ou seja, juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O prazo do empréstimo é de 5 anos de carência e, após a carência, 10 anos de amortização. Este contrato está sujeito a covenants e as suas garantias são: 1/6 do serviço da dívida em conta vinculada; além de a operação ser garantida pelo Estado

de Santa Catarina. Até 31 de dezembro de 2019 a Companhia recebeu o montante R\$338.960 equivalente a €75.471.

Caixa Econômica Federal – CAIXA - Obras

Ano dos contratos:	Vencimentos finais	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
2010	2032	19.133	20.095
2012	2034 a 2036	174.864	167.396
Total		193.997	187.491

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD.

Em 15 de maio de 2019, a Companhia amortizou a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries da 1ª emissão de debêntures, no montante de R\$154.054.

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

As debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados da data de emissão, que foi em 15 de maio de 2019 vencendo-se, portanto em 12 de março de 2024, ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado.

As Debêntures foram emitidas em série única de 60 mil debêntures.

A amortização do valor nominal unitário das debentures será em parcelas mensais e consecutivas, a partir do 18º (décimo oitavo) mês a contar da data de emissão, sendo a primeira parcela devida em 12 de setembro de 2020, e a última parcela correspondente ao saldo remanescente do valor nominal das debentures devida na data de vencimento (cada uma, uma "Data de Amortização"), ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado, ou ainda o vencimento antecipado das debêntures.

A Remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a.

Quitações ocorridas em 2019

a. Banco BOCOM - BBM, Banco VOTORANTIM – CCB e SANTANDER - CCB:

Em 15 de maio de 2019, a Companhia amortizou as Cédulas de Crédito Bancário – CCB com os bancos COCOM BBM, VOTORANTIM e SANTANDER, no montante de R\$ 100.028.

b. Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC

Em 15 de maio de 2019, a Companhia realizou o resgate antecipado das contas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, no montante de R\$ 166.663.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante:		
Provisão para férias	26.671	22.818
INSS	5.244	4.869
FGTS	1.797	1.626
IR s/folha de pagamento	2.724	2.352
Plano de saúde e previdência	13	13
Consignações	1.998	2.015
Participação em resultados	0	3.150
Vale alimentação	-	-
Indenizações trabalhistas	0	2.400
Outros	722	625
Total Circulante	39.169	39.868
Não Circulante:		
Participação em resultados	3.151	-
Participações Estatutárias	26	-
Total Não Circulante	3.177	-

Em setembro de 2019 foram reclassificados valores de participações do Circulante para o Não Circulante.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

As composições em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentam os seguintes valores:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante:		
. REFIS	7.704	8.728
. COFINS	6.884	6.467
. PIS/PASEP	1.489	1.402
. Imposto de Renda - retenções	128	118
. Imposto de Renda sobre lucro real	34.308	-
. PIS/COFINS/CSLL - retenções	563	443
. INSS de terceiros	910	896
. Contribuição social sobre lucro real	12.774	-
. Outros	536	542
Total circulante	65.296	18.596
Não circulante:		
. REFIS	27.432	34.653
Total não circulante	27.432	34.653

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e pela Secretaria da Receita Federal - SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa selic overnight acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza:	Total da dívida na adesão		Amortização com créditos fiscais
	PGFN	SRF	
Principal	16.925	17.660	34.585
Multa	4.908	5.914	10.822
Juros	19.914	12.153	32.067
Encargos	4.175	-	4.175
Total	45.922	35.727	81.649

Em 27 de maio de 2009 foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS

Em 28 de junho de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

Natureza:	Total da dívida na adesão	
	PGFN	SRF
Principal	40.522	28.091
Multa/Juros	6.722	4.698
Total	47.244	32.789

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações financeiras está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Saldo anterior	8.728	14.028	34.653	41.386
Transferências	7.838	8.628	-7.838	-8.628
Atualizações (TJLP)	-	-1.453	617	1.895
Amortizações	-8.862	-12.475	-	-
	7.704	8.728	27.432	34.653

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$ 82.288 em 31 de dezembro de 2019 (R\$87.680 em 31 de dezembro de 2018), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Provisão para contingências fiscais	-	128
Provisão para contingências cíveis	67.974	64.428
Provisão para contingências trabalhistas	14.501	16.648
	82.475	81.204
Depósitos judiciais	(95.304)	(88.131)
Depósitos - FIDC-Fundo de investimento direitos creditórios	-	(8.571)
Total Depósitos dados em garantia	(95.304)	(96.702)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(12.829)	(15.498)

Em 31 de dezembro de 2019 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$583.500 (R\$151.511 em 31 de dezembro de 2018).

a. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$67.974 em 31 de dezembro de 2019 (R\$64.428 em 31 de dezembro de 2018).

b. Contingências fiscais

Em 2019 o valor referente à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU, no montante de R\$128 foi revertido.

c. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$14.501 em 31 de dezembro de 2019 (R\$16.648 em 31 de dezembro de 2018) em face de eventuais perdas nesses processos.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios previdenciários

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

Plano CASANPREV

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar - CASANPREV, o montante de R\$97.379 (R\$31.769 em 31 de dezembro de 2018).

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar - CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

O Plano de Custeio destina-se ao custeio do Plano de Benefícios e das Despesas Administrativas. O Plano de Benefícios será custeado pelas seguintes fontes de receita:

- Contribuição da patrocinadora
- Contribuição normal de risco: contribuição obrigatória realizada paritariamente com a contribuição normal mensal do participante;

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida;

- Contribuição dos participantes:

Contribuição normal básica: corresponde ao resultado da incidência do percentual de 4,6%, aplicado sobre o Salário de Contribuição, conforme mencionado abaixo.

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV.

A taxa de rendimento de longo prazo dos ativos esperada pelo plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada inclui a taxa estimada a longo prazo para a inflação e leva em consideração fatores como as curvas projetadas da taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI total

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Descrição:		
PDVI com indenização mensal	71.395	68.701
Total Circulante:	71.395	68.701
Não circulante:		
PDVI com indenização mensal	373.358	418.214
Total Não Circulante	373.358	418.214
Total PDVI	444.753	486.915

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI (2005)
Este programa de demissão incentivada, aprovado pela Resolução nº 179/2005, foi viabilizado por dois subprogramas nos termos e condições

a seguir:

a. Subprograma de demissão incentivada com indenização mensal:
Público alvo: empregados com idade entre 50 e 58 anos (incompletos) na data da adesão, que possuem mais de 5 anos de serviços prestados à Companhia, e que optarem pela rescisão do contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia compromete-se a pagar mensalmente, até o empregado completar 58 anos de idade, a título indenizatório, o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Bem como a parcela recolhida mensalmente pelo empregado como contribuinte facultativo ao INSS.

b. Subprograma de demissão incentivada com indenização única:

Aplicava-se aos empregados com qualquer idade e com mais de 2 anos de serviços prestados à Companhia, que optarem pela rescisão do seu contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia paga a título indenizatório o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Ainda a título indenizatório, a Companhia paga a importância correspondente ao equivalente a 50% do saldo de depósitos do FGTS para fins rescisórios. Tais quantias são pagas em 6 parcelas mensais.

Este Programa de Demissão Voluntária Incentivada foi quitado em 2019.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI 2017.

A comissão de implantação do PDVI foi instituída pela Diretoria Executiva, sob coordenação da Gerência de Recursos Humanos, e determinou o período de inscrições entre os dias 15 de setembro de 2017 a 15 de outubro de 2018. Ao final desse período restaram 729 inscritos, que correspondiam a 27,52% do total do contingente de funcionários da CASAN (2.649 em 31 de outubro de 2017).

O cronograma de desligamento planejado com aprovação da Diretoria Executiva iniciou em 01 de novembro de 2017 e foi concluído em 15 de outubro de 2018.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 (noventa e seis) parcelas para os empregados com idade até 67 (sessenta e sete) anos; 84 (oitenta e quatro) parcelas com idade de 68 (sessenta e oito) anos; 72 (setenta e duas) parcelas com idade de 69 (sessenta e nove) anos; e 60 (sessenta) parcelas para os empregados com idade acima de 70 (setenta) anos.

A adesão dos funcionários a esse programa de PDVI acarretou diversas necessidades de contratações, onde 416 vagas foram preenchidas gradativamente, de fevereiro de 2018 até dezembro de 2018, observando a limitação estabelecida pelo Conselho de Administração que autorizou as reposições do PDVI com o limitador financeiro de 20% do custo dos empregados da ativa.

A estimativa do custo dos empregados admitidos considerou o salário de ingresso dos cargos a serem contratados com percentual de encargos baseado na média de custos dos empregados que integravam o quadro antes do PDVI. No entanto, esse percentual acabou sendo ultrapassado em cerca de 3,77% pois o perfil dos novos empregados trouxe alterações significativas nas rubricas variáveis que compõem a remuneração, como por exemplo, o prêmio por conclusão de nível técnico e superior, recebendo por 65% dos empregados admitidos em razão das substituições do PDVI, além do fato de que o Acordo Coletivo 2018/2019 aumentou os percentuais dos prêmios por conclusão de nível médio profissionalizante e de nível superior.

Outra situação relevante neste contexto é que o Conselho de Administração (ATA nº328 de 27/10/2017) também previu que a empresa priorizasse a automação das estações de água e de esgoto e terceirização de alguns serviços em detrimento de novas contratações, todavia, essas ações se encontram em andamento.

Por fim, cabe mencionar que o PDVI permitiu a quitação do contrato de trabalho (evitando novas demandas trabalhistas) e também gerou economia com o prejuízo fiscal oriundo do PDVI estimado em 83,245 milhões de reais.

21. PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina), e com mais dois de seus acionistas, a CELESC e a CODESC.

Conta a receber de clientes

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante:		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	10.046	7.604
CODESC	-	106
CELESC	37	-
Total de contas a receber dos acionistas	10.083	7.710

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

Contas a pagar a fornecedores

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Não Circulante:		
CELESC	8.579	9.489
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	3.364	3.364
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	<u>11.943</u>	<u>12.853</u>

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Empréstimos a pagar a acionista		

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante:		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	-	12.686
Não circulante:		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	45.779	45.684
Total empréstimos a pagar para acionistas	<u>45.779</u>	<u>58.370</u>

O relacionamento entre acionistas foi todo reclassificado para o Passivo Não Circulante.

Resultado das operações com acionistas

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receita bruta de serviços prestados	28.505	27.075
Custos e despesas	(108.958)	(108.192)
Juros de empréstimo com acionista	(4.002)	(6.040)
Resultado	<u>(84.455)</u>	<u>(87.157)</u>

Empréstimos a pagar para acionista

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2023. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Como garantia a Companhia cedeu fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e o recebimento de eventual indenização que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.475. Tal operação foi efetuada com a intervenção do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 31 de dezembro de 2019, no montante R\$45.779, contabilizados como empréstimos e financiamentos no passivo não circulante, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Após este acordo, o Estado de Santa Catarina passou a efetuar a liquidação de cada parcela de amortização, juros e dos encargos decorrentes da operação, e a Companhia passou a ressarcir o Estado de Santa Catarina de todos os valores pagos relativos a assunção das obrigações, mediante o repasse integral e imediato à unidade orçamentária denominada Encargos Gerais do Estado.

Devido à intervenção do Estado junto ao BNDES, a CASAN passa a ter liberadas suas garantias reais junto àquela instituição, o que permite a obtenção de novas linhas de crédito, para o financiamento de novas obras de saneamento em outros municípios de Santa Catarina.

22. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$19.260 em 31 de dezembro de 2019 (R\$19.101 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho.

A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 está representado por 715.094.432 ações (idem em 31 de dezembro 2018). São 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal e 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2018) ações preferenciais nominativas, sem direito

a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

Discriminação do capital subscrito:	Quantidade de ações	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Governo do Estado de Santa Catarina	221.413.722	237.722.771
SC Parcerias S/A.	64.451.065	64.451.112
Prefeitura Municipal de Lages	-	8.332
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	55.358.800	55.357.200
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.315.575	-
Pessoas Físicas	8.054	7.801
Total de ações	<u>357.547.216</u>	<u>357.547.216</u>

b. Lucros/Prejuízos Acumulados

Em dezembro de 2019 a Companhia apurou Lucro de R\$119.686 (Prejuízo de R\$119.225 em dezembro de 2018).

c. Reserva de Reavaliação

Em 06/12/2019 foi celebrado contrato entre a CASAN e a empresa Berkan, com o objetivo de avaliação e confirmação dos registros contábeis realizados a partir da última reavaliação patrimonial.

d. Dividendos

	2019
Cálculo dos Dividendos	119.686
Lucro Exercício para cálculo dos dividendos	(5.984)
Reserva Legal (5%)	10.399
Ajustes do Lucro do Exercício	124.101
Base para Dividendos	<u>31.025</u>
Dividendos Propostos (25%)	<u>7.756</u>

Em dezembro de 2019 o saldo da conta dividendos propostos é de R\$36.645 sendo R\$5.620, referente a anos anteriores ainda não pagos, esperando manifestação dos acionistas para futuro aumento de capital.

e. Reservas para fundo de investimentos

Esta reserva foi constituída conforme proposta da administração e da Legislação Societária, destinada a constituição de uma reserva para investimentos e capital de giro, que terá como finalidade assegurar investimentos em bens no ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos sempre que necessário, na distribuição de dividendos ou na incorporação ao capital social a ser deliberada em AGO.

f. Outros Resultados Abrangentes

Em dezembro de 2019 o valor referente a outros Resultados Abrangentes foi de R\$90.206. O valor apresentado no demonstrativo das mutações do patrimônio líquido refere-se as perdas do plano Casanprev conforme CPC 33(R1) referendada pela deliberação CVM 695.

24. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão apresentadas abaixo:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Tarifas de água	981.645	955.261
Tarifas de esgoto	236.371	220.082
Outras receitas de serviços de água	21.562	21.682
Outras receitas de serviços de esgoto	52	36
Total do faturamento	<u>1.239.630</u>	<u>1.197.061</u>
Impostos sobre vendas e outras deduções	(115.606)	(111.509)
Total receita líquida	<u>1.124.024</u>	<u>1.085.552</u>

25. DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Salários e encargos	348.089	659.573
Materiais	59.783	51.145
Serviços de terceiros	243.868	232.173
Gerais e tributárias	68.208	54.793
Depreciações, amortizações e provisões	88.658	81.791
Perdas na realização dos créditos e Provisão para devedores duvidosos	23.384	27.848
Recomposição de pavimentação	13.477	38.574
Fundos para programas municipais	1.018	818
Total	<u>846.485</u>	<u>1.146.715</u>

26. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A

EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Salários	125.087	128.470
Custos previdenciários	57.025	54.527
FGTS	14.597	13.906
Programa de alimentação	31.936	27.740
Programa de saúde	24.290	21.299
PDVI – PL Demissão voluntária incentivada	28.351	346.712
Outros benefícios	66.803	66.919
Total	<u>348.089</u>	<u>659.573</u>
Número de empregados	2.500	2.453

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

A variação verificada no resultado financeiro de 31 de dezembro de 2019, em relação a igual período de 2018:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	2.025	1.221
Juros ativos	5.501	1.535
Rendimento de aplicações financeiras	11.303	10.428
Variações monetárias e cambiais	-	-
Ganho com Recuperação de Crédito	310	6.740
Outras	-	-
Total Receitas Financeiras	<u>19.139</u>	<u>19.924</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(109.803)	(147.717)
Variações monetárias e cambiais	30	(424)
Outras	(124)	(331)
Total Despesas Financeiras	<u>(109.897)</u>	<u>(148.472)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(90.758)</u>	<u>(128.548)</u>

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 31 de dezembro de 2019, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 20 e 19, respectivamente.

Segue composição das outras receitas e despesas operacionais:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Outras receitas operacionais:		
. Pessoal à disposição	1.966	2.917
. Indenizações e ressarcimento de despesas	1.613	391
. Comissão prestação de serviços/convênios	563	417
. Ressarcimento folha de pagamento	-	347
. Recuperação déficit atuarial Casanprev	2.548	4.529
. Vendas de bens do imobilizado	8	471
. Reembolso mensalidade Unimed	1.208	1.396
. Outras	150	335
Total Outras Receitas Operacionais	<u>8.056</u>	<u>10.803</u>
Outras despesas operacionais:		
. Baixa de imobilizado	(538)	(252)
. Fiscais e tributárias	(489)	(3.446)
. Causas cíveis	(11.863)	(15.188)
. Causas trabalhistas	(1.436)	2.181
Total Outras Despesas Operacionais	<u>(14.326)</u>	<u>(16.705)</u>
Outras Despesas Operacionais Líquidas	<u>(6.270)</u>	<u>(5.902)</u>

29. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendáveis, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$12.500. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia. A Casan possui contratos de seguros automotivos para um veículo de uso da presidência, cuja cobertura monta R\$450. Além disso, a Companhia possui 568 veículos leves e pesados alugados que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

30. BALANÇO SOCIAL

A Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) e Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) editaram a Instrução Normativa Conjunta nº 5, de 28 de maio de 2018.

Essa instrução normativa instituiu modelos de referências, inclusive para o balanço social, o qual está sendo enviado para CVM de acordo com o modelo estabelecido pela Instrução Normativa citada acima.

BALANÇO SOCIAL

1. BAS E DE CÁLCULO	2019 - Valores em R\$ MIL	2018 - Valores em R\$ MIL
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.124.024	1.085.552
Resultado Operacional (RO)	268.721	-67.065
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	354.051	331.853

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor	% sobre	% sobre	Valor	% sobre	% sobre
	R\$ MIL	FBP	RL	R\$ MIL	FBP	RL
Alimentação	38.912	10,99%	3,46%	34.958	10,53%	3,22%
Encargos Sociais Compulsórios	67.709	19,12%	6,02%	67.684	20,40%	6,23%
Previdência Privada	3.914	1,11%	0,35%	4.027	1,21%	0,37%
Saúde	20.570	5,81%	1,83%	17.806	5,37%	1,64%
Segurança e Saúde no Trabalho	1.410	0,40%	0,13%	1.202	0,36%	0,11%
Educação	704	0,20%	0,06%	585	0,18%	0,05%
Cultura	1.130	0,32%	0,10%	1.022	0,31%	0,09%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	813	0,23%	0,07%	812	0,24%	0,07%
Creches ou Auxílio-Creche	2.703	0,76%	0,24%	2.323	0,70%	0,21%
Participação nos Lucros ou Resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	28.351	8,01%	2,52%	346.712	104,48%	31,94%
Total dos Indicadores Sociais Internos	166.214	46,95%	14,79%	477.131	143,78%	43,95%

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor	% sobre	% sobre	Valor	% sobre	% sobre
	R\$ MIL	RO	RL	R\$ MIL	RO	RL
Educação					0,00%	0,00%
Cultura	305	0,11%	0,03%	142	-0,21%	0,01%
Saúde e Saneamento	50	0,01%	0,00%	61,00	-	-
Esporte	-	-	-		0,00%	0,00%
Sub Total	355	0,13%	0,03%	203	-0,21%	0,01%
Tributos (excluídos os encargos sociais)	173.484	49,00%	15,43%	116.051	-173,04%	10,69%
Total dos Indicadores Sociais Externos	173.839	49,13%	15,47%	116.254	-173,25%	10,70%

4. INDICADORES AMBIENTAIS	Valor	% sobre	% sobre	Valor	% sobre	% sobre
	R\$ MIL	RO	RL	R\$ MIL	RO	RL
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	245.071	91%	21,80%	238.362	-355,42%	21,96%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	431	0,16%	0,04%	320	-0,48%	0,03%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	245.502	91,36%	21,84%	238.682	-355,90%	21,99%
Quanto ao Estabelecimento de "metas anuais" para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:	não possui metas			não possui metas		

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2019	2018
Nº de Empregados(as) ao Final do Período	2611	2555
Nº de Admissões Durante o Período	111	456
Nº de Empregados(as) Terceirizados	662	633
Nº de Estagiários(as)	178	161
Nº de Empregados(as) Acima de 45 anos	985	924
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa	527	518
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	24,20%	26,47%
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa	48	48
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)	1,59%	0,88%
Nº de Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais	68	53

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2019	Metas 2020
Relação Entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa	16,64 vezes*	manter
Número Total de Acidentes de Trabalho	100	0
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por:	Direção e Gerências	Direção e Gerências
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por:	Direção e Gerências	Direção e Gerências
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e a Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as) a Empresa:	Segue normas OIT	Segue normas OIT
A Previdência Privada Contempla:	Todos os empregados	Todos os empregados
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:	Todos os empregados	Todos os empregados
Na Seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental Adotados pela Empresa:	Não são considerados	São sugeridos
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	Não se envolve	Apoiará
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores	Na Empresa: 58.978	Na Empresa: 0
% de Reclamações e Críticas Solucionadas	81,80%	82,30%
	2019	2018
Distribuição do Valor Adicionado	Governo: 225.840	Governo: 88.023
	Colaboradores: 294.977	Colaboradores: 608.894
	Acionistas: 31.025	Acionistas: -
	Terceiros: 109.897	Terceiros: 148.472
	Retido: 88.661	Retido: -119.225

7. OUTRAS INFORMAÇÕES
A EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA EM CORRUPÇÃO NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, será realizada a implantação da nova estrutura tarifária da CASAN a partir de 01 de março de 2020.

A Nova Estrutura Tarifária, baseada nos volumes fornecidos, atende a uma demanda histórica dos usuários retirando a tarifa mínima de 10m³ por economia e inserindo a cobrança pelo volume efetivamente consumido, o que esperamos resultar em um incentivo a utilização consciente da água. Com a mudança o faturamento pelos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários passará a ser composto por duas tarifas: uma tarifa fixa de disponibilidade de infraestrutura (TFDI), referente ao custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas (Inciso IV do Artigo 30 da Lei Federal 11.445/2007), e uma tarifa variável conforme categorias de usuários, distribuídas por faixas de volume fornecido e progressivas conforme a quantidade efetivamente utilizada (Inciso I do Artigo 30 da Lei Federal 11.445/2007).

A nova Tabela Tarifária, a ser utilizada nas faturas emitidas a partir do mês de abril de 2020, é apresentada a seguir:

ESTRUTURA TARIFÁRIA CASAN							
Intervalo	Residencial	Social	Comercial	Micro Peq. Comércio	Industrial	Público	Público Especial
TFDI	29,49	5,50	29,49	29,49	29,49	29,49	8,84
0 ---1 10	1,96	0,37	4,34	3,06	4,34	4,34	1,30
10 ---1 25	9,11	2,61	12,18	12,18	12,18	12,18	3,65
25 ---1 50	12,18	12,18	12,18	12,18	12,18	12,18	3,65
50<	15,32	15,32	15,32	15,32	15,32	15,32	3,65

Nesta nova estrutura tarifária os usuários com volumes fornecidos inferiores a 8m³ terão redução do valor faturado, e, os usuários com volumes fornecidos superiores a 8m³ terão aumento no valor da fatura que não deve ultrapassar 10% do valor faturado atualmente. Assim, a reestruturação tarifária não deve afetar significativamente o equilíbrio econômico financeiro da Companhia.

b. Parcela JICA

Em 31/12/2019, a CASAN ainda não havia recebido em conta corrente o valor já liberado pela JICA, no montante de R\$8.962, referente a R\$241.230. Desta forma, este valor não está reconhecido em nossas Demonstrações.

A CASAN recebeu este valor, conforme extrato bancário, em 17/01/2020, quando, então, reconheceu este valor em Balanço Patrimonial.

c. Efeito Corona Vírus nas Demonstrações Financeiras

Conforme orientação contida no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento vem informar que até o momento do encerramento das Demonstrações Financeiras de 2019 não identificou nenhum impacto nas Demonstrações em decorrência do Corona Vírus.

d. Aumento de Capital

Em 16 de Março de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Aumento de Capital Social dentro do limite do capital autorizado para subscrição privada ("Aumento de Capital") detalhado no Aviso Aos Acionistas publicado em 25 de Março de 2020, em conformidade com o artigo 30, inciso XXXII, da Instrução CVM 480.

A razão para a realização do Aumento de Capital, com exercício de direito de subscrição, se dá em função de valores contabilizados para futuro aumento de capital de créditos de dividendos de exercícios anteriores retidos dos seguintes Acionistas: Governo do Estado, SC Parcerias, CELESC SA e CODESC, com a finalidade de aplicação em obras da Companhia no Estado de Santa Catarina.

O valor do Aumento de Capital será de, no mínimo, R\$ 45.886.845,59 e, no máximo, R\$ 57.944.595,11, mediante a emissão de, no mínimo, 38.958.477 ações (19.312.672 ações ordinárias e 19.645.805 ações preferenciais) e, no máximo, 49.195.649 ações (24.937.950 ações ordinárias e 24.257.699 ações preferenciais), nominativas e sem valor nominal.

Caso haja a Subscrição Máxima, o capital social da Companhia passará de R\$ 842.266.637,82 representado por 357.547.216 ações ordinárias e 357.547.216 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 900.211.232,93 representado por 382.485.166 ações ordinárias e 381.804.915 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Caso haja a Subscrição Mínima, o capital social da Companhia passará de R\$ 842.266.637,82, representado por 357.547.216 ações ordinárias e 357.547.216 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 888.153.483,41, totalizando 754.052.909 ações, representadas por 376.859.888 ações ordinárias e 377.193.021 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

O período de subscrição estará aberto aos acionistas até 29 de abril de 2020 e as novas ações emitidas farão jus, em igualdade de condições com as já existentes, a todos os benefícios, tendo direito integral a dividendos, juros sobre o capital próprio e eventuais remunerações de capital que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data da respectiva homologação, parcial ou total, do Aumento de Capital.

DIRETORIA EXECUTIVA

Roberta Maas dos Anjos
Diretora Presidente

Evandro André Martins
Diretor Administrativo

Ivan Gabriel Coutinho
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Fabio Cesar Fernandes Krieger
Diretor de Operação e Expansão

Marina Godoy
Gerente de Controladoria Econômico-Financeira
Contadora CRC/SC 031470/O-0

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Vladimir Arthur Fey

Demais Membros
Alexandre Bach Trevisan
Décio Augusto Bacedo de Vargas
Eleanora Cristina de Melo
Felipe Casar Lapa Boselli
Messias Fontinhas de Souza
Roberta Maas dos Anjos
Sabrina Weiss Raupp
Marcelo Gasparino da Silva

CONSELHO FISCAL

Matheus Hoffmann Machado
Gabriel Arthur Loeff
Ricardo de Sousa
Letícia Pedercini Issa Maia
Eduardo Jose de Souza

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente
Sérgio Stangler

Membros
Dirlene De Pieri Vitoretto
Isabela Oliveira Moritz

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Aos**

**Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN
Florianópolis – SC**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **CASAN** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

São aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Arrendamento Mercantil (Nota 3, letra “q”)

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/CPC 06 (R2) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contêm ou não arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras para as bases de 31 de dezembro de 2019. Após as análises realizadas, a Companhia concluiu que em 31 de dezembro de 2019, contratos são considerados dentro do escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16, e a adoção gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo. A Companhia reconheceu a título de Arrendamento Mercantil, R\$ 27.778 mil, tanto no Ativo quanto no Passivo.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Revisamos os contratos de arrendamento, verificando as premissas utilizadas pela Companhia na determinação dos Ativos e Passivos de Arrendamento, em conformidade com a NBC TG 6 (R3). Efetuamos, também, recálculo dos contratos de arrendamento, confirmando as projeções e taxas aplicadas e adequação dos valores reconhecidos contabilmente.

Teste de Impairment (Nota explicativa 3, “g”)

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos. Foram consideradas como unidades geradoras de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, devido às suas características peculiares e avaliados os itens:

- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.

- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital – WACC) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;

- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;

- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico avaliou que não há indicativo de perda por impairment amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Avaliamos o estudo realizado e testamos os cálculos apresentados, de forma a assegurar que não há indicação de reconhecimento de perda por impairment.

Benefícios a Empregados (Nota Explicativa 3, “h”)

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de Contribuição Variável. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$97.379 mil. Consideramos como principal assunto de auditoria devido as estimativas complexas, com saldos relevantes e também subjetivas por parte da administração, tais como tábuas biométricas, projeções de aumentos salariais e taxas de desconto. Variações nestes saldos representam impactos relevantes nos montantes de provisão para déficit atuarial. Adicionalmente, a Companhia também possui um Plano de Demissão Voluntária Incentivada. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta a título de obrigações com o PDVI de R\$ 444.753, Passivo Circulante e Não Circulante.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Verificamos a metodologia utilizada pelos atuários independentes contratados pela companhia; avaliamos a razoabilidade das principais premissas, taxas de descontos, projeções de crescimento salarial e tábuas biométricas (mortalidade, invalidez e mortalidade de inválidos) utilizados para os cálculos atuariais. Analisamos o resultado do cálculo das provisões matemáticas do plano e os valores justos dos ativos do plano. Consideramos que as premissas utilizadas para determinação da provisão para déficit atuarial estão razoáveis.

Outros Assuntos**Valores Correspondentes**

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis da CASAN referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 18 de março de 2019, sem modificações.

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e exceto pelas situações descritas nos parágrafos base para conclusão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e**o relatório do auditor**

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
Maciel Auditores S/S
2 CRC/RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador CRC1RS 71.505/O-3- T - SP
Sócio Responsável Técnico

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das

São Paulo, 25 de março de 2020.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2019. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e no parecer emitido pela

Maciel Auditores S/S, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas demonstrações financeiras, e opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos estão em condições de serem aprovados pelos acionistas.

Florianópolis, 13 de março de 2020.

MATHEUS HOFFMANN MACHADO
GABRIEL ARTHUR LOEFF
RICARDO DE SOUSA
LETÍCIA PEDERCINI ISSA MAIA
EDUARDO JOSE DE SOUZA

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, após exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 (Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis 2019) e, em conformidade com o previsto no artigo 7º do seu Regimento Interno, que diz ser competência do CAE zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, fazendo recomendações à Administração quanto à aprovação dos relatórios financeiros, afirma a não ocorrência de fato ou evidências que

puddessem comprometer a fidedignidade das demonstrações contábeis da Companhia, refletindo adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia. Neste sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário conclui que as demonstrações contábeis estão de acordo com a legislação e com as práticas contábeis em vigor, recomendando a sua aprovação ao Conselho de Administração da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.

Florianópolis, 09 de março de 2020.

SÉRGIO STANGLER
Coordenador do Comitê de Auditoria

DIRLETE DE PIERI VITORETTI
Membro do Comitê de Auditoria

ISABELA OLIVERIA MORITZ
Membro do Comitê de Auditoria

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto no inciso 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da CASAN relativas ao exercício social findo em

31 de dezembro de 2019.

Florianópolis, SC, 25 de março de 2020.

Roberta Maas dos Anjos
Diretora Presidente
Evandro André Martins
Diretor Administrativo
Ivan Gabriel Coutinho
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores
Fabio Cesar Fernandes Krieger
Diretor de Operação e Expansão

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto no inciso 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas por Russell Bedford Brasil Auditores Independentes

S/S - Maciel Auditores no parecer apresentado relativo as demonstrações financeiras do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Florianópolis, SC, 25 de março de 2020.

Roberta Maas dos Anjos
Diretora Presidente
Evandro André Martins
Diretor Administrativo
Ivan Gabriel Coutinho
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores
Fabio Cesar Fernandes Krieger
Diretor de Operação e Expansão



**Companhia Catarinense
de Águas e Saneamento**
CNPJ.: 82.508.433/0001-17
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2019

GOVERNO DE
SANTA CATARINA

